



*Carri  
ch.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º3/2024**

(Mandato 2021/2025)

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.**

**Presidente** – *Camilo António Morais*

**Primeiro Secretário** – Daniela de Almeida Rebelo em substituição de *José Carlos Vasco Jecas*

**Segundo Secretário** – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----  
-----

*João Nuno Ferreira Pires, Ana Cristina Xavier Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues que foram substituídos, respetivamente, por Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes e Simão Augusto Ventura Ferreirinha.* -----  
-----

Por impossibilidade de estarem presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Amendoeira, *Francisco Inácio Alves Oliveira*, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, *Sónia Cristina Alves Oliveira*, o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Castelões e Vilar do Monte, *Carlos Alberto Maceda*, fez-se substituir pelo Secretário da Junta *André Manuel Martins Frederico.* -----  
-----



Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais *Simão Augusto Ventura Ferreirinha e a Presidente da Junta de Freguesia de Carrapatos, Maria Adelaide Serra Carvalho.*-----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Susana Alexandra Esteves Viana*, e os Vereadores em regime de não permanência, *Catarina Pinto e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso.* -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 55 Deputados Municipais: *Camilo António Morais, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes, Carlos Alberto Fernandes, Ilídio João Alves, Dinis António Tiago Sarmiento, Sandra Cristina Batista Matos, Fernando Humberto Gomes, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, José António da Silva Madalena, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, Maria José Vieira Teodoro Moreno, António João Alves Trovisco, Lília Margarida Pereira da Silva, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Manuel Jorge Machado Olaio, António José Costa Vila Franca, Sónia Cristina Alves Oliveira, Ana Isabel Pedro Martins, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Cláudia Peludo, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, Júlio Manuel Curopos Quintela, André Manuel Martins Frederico, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.* -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta e indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de abril de 2024, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----



*Handwritten signature*

**Abertas as inscrições** e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 29 de abril de 2024, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com 3 abstenções. -----

Prosseguiu o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** felicitando o Deputado Municipal, Carlos Rodrigues, que pediu a sua substituição para esta sessão, pela sua nomeação para assessor do Sr. Secretário de Estado das Florestas, no Ministério da Agricultura. É efetivamente uma honra para os macedenses que os seus cidadãos e neste caso em particular, um Deputado Municipal seja nomeado para um cargo destes no Governo. Deseja-lhe portanto felicidades e muito êxito neste novo cargo e parabeniza a bancada do PSD da qual faz parte. -----

#### **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições usaram da palavra.** -----

**José António da Silva Madalena (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ o motivo pelo qual pretendo intervir está relacionado com a carta que todos os Deputados Municipais recebemos na semana passada do Tribunal de Contas. Aguardamos obviamente com alguma ansiedade, o que isso poderia produzir e de facto o Relatório, que pessoalmente considero muito pedagógico, para uma leitura atenta e pormenorizada, aponta um conjunto de problemas que vinham de anos anteriores, ou seja, desde 2012, onde já havia referências a algumas situações a apontar, mas que foram perdurando e que culminaram com a tomada de posse em outubro de 2017 do Executivo liderado pelo Sr. Presidente Benjamim Rodrigues, aquando da apresentação do orçamento em dezembro desse ano. De referir que esse orçamento tinha uma originalidade que era apresentar um orçamento negativo, ou seja apresentava despesas superiores às receitas. -----

Na altura apelei à Assembleia Municipal para o facto desse orçamento ser ilegal e portanto não poderia ser aprovado nos termos em que nos foi apresentado e que tinha de ser corrigido, tendo inclusive sugerido que não fosse aprovado naquela data pois havia recursos a outras soluções. Poderia por exemplo passar pelos limites que agora se percebem e que na altura eram previsíveis relativamente à margem de endividamento de que o Município dispunha que efetivamente havia folga para jogar

com esse limite de endividamento e conseguir obter um orçamento equilibrado. Aliás, até o próprio orçamento de 2018 começa com um desequilíbrio inicial de 4,6 milhões de euros mas depois vai acabar com um desequilíbrio apenas de 1,6 milhões de euros e curiosamente esse orçamento foi aquele que nos últimos anos apresenta maior grau de execução em termos de receita, acima dos 85% recomendados pelo POCAL e pelo SNC-AP. Resumindo, dizer que talvez devido à vossa inexperiência pois tinham tomado posse sensivelmente dois meses antes, mas quanto à solução apresentada eu próprio alertei para o facto de que a escolha e o caminho que decidiram, ou seja o de apresentar um orçamento negativo não foi correta. Talvez a ideia para tomar tal decisão tivesse sido para crucificar alguém do PSD, possivelmente o anterior Presidente da Câmara Municipal, mas reitero que a escolha foi muito má e que pode trazer consequências graves para muitos dos Deputados Municipais e membros do Executivo que estavam em exercício de funções à data e de facto era possível ter evitado esta situação em que nos encontramos. Fica assim o meu reparo e espero que a câmara continue a dar passos positivos no sentido de tornar as Contas transparentes, até porque eu próprio tenho subscrito aqui nesta Assembleia grande parte das medidas tomadas pelo Executivo nesse sentido. No caso em concreto fica aqui o reparo ao Sr. Presidente da Câmara pois cometeu-se um “pecado original” que ficou.” -----

**Manuel António de Sá Mico (PS)** – Que disse “ Relativamente à Ciclovía pretendo chamar à atenção para a questão da limpeza porque há queixas dos utilizadores. Quanto à Feira de São Pedro gostaria que informasse esta Assembleia relativamente ao envolvimento da Autarquia na realização da Edição do corrente ano. Pergunto ainda, porque tenho conhecimento da realização de uma reunião do Sr. Presidente da Câmara com o Embaixador da China em Portugal, relativamente a um possível investimento no nosso território, se temos alguma hipótese que efetivamente investissem cá. Pretendo ainda dar os parabéns à Câmara relativamente ao Conservatório de Música que ao que parece já tem bastantes inscrições. Para terminar em nome do Grupo Parlamentar do PS felicitamos o Deputado Municipal Carlos Rodrigues, pela sua recente nomeação para um Ministério do Governo. E ainda, no que diz respeito à carta do Tribunal de Contas dizer apenas que na altura ou se optava por fazer outro orçamento a fazer de conta ou se apresentava o que era real e se lerem o relatório do Tribunal de Contas com atenção não irá acontecer nada a ninguém porque na altura tiveram a coragem de serem inovadores, e passaram total transparência.” -----



ew  
G  
ca.

**Maria José Vieira Teodoro Moreno (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Com a chuva intensa nos últimos dias o nosso edifício do Mercado, obra acabada de fazer e realizar, ficou alagada e portanto eu pergunto o que se passou com a referida obra e qual a razão para a existência de tanta infiltração de águas mais concretamente no rés-do-chão do mesmo? Isso mostra que a obra em si está mal executada, o que não se justifica e questiono quais as providências que o seu Executivo pretende tomar para resolver este assunto? Quero querer que a obra tem garantia e volto a dizer que não se justifica o dinheiro gasto numa obra nova que está de tal modo mal construída que levou a que ficasse alagada e a que tenha infiltrações. -----  
Gostaria também de saber a razão da existência de uns arbustos secos em volta do edifício do Mercado Municipal a meio que eu presumo que seja “arte morta”, ou esses arbustos seriam para ser regados e não o estão a ser? Outro assunto está relacionado com o que ouvi dizer. Há um chilrear na praça pública de que a licença para a utilização da Heli pista caducou. Pode o Sr. Presidente informar-nos da veracidade destes ditos? É seu dever informar-nos pois a todos deve preocupar o encerramento deste espaço pelo qual o nosso concelho muito lutou. Se eventualmente caducou diga-nos qual a causa e a responsabilidade pois não pode haver incúria nem esquecimentos nestas situações. Caso a licença tenha caducado, e espero que não, que sejam apenas só ditos e não passem disso mesmo, mas a ser verdade pergunto como pretende colmatar esta situação, tendo em conta que o helicóptero deixa de ser operacional e a ANAC não permite a sua utilização e assim deixa de existir helicóptero e outras Naves Aéreas em Macedo de Cavaleiros. Aproveito ainda para lhe dizer que se encontra no Parque Municipal uma máquina que por norma era acoplada uma 4x4 que servia para desentupir saneamento no concelho e a mesma encontra-se encostada sem utilização e portanto pretendia saber o que se passa concretamente com esta máquina, nomeadamente, se tem avaria mecânica ou se apenas necessita de matrículas para poder circular na via pública. E se o motivo for apenas o necessitar de matrículas para poder circular pergunto se não existirá ninguém na câmara municipal que agilize esse pedido? É que são máquinas necessárias para o dia-a-dia do concelho e foi gasto dinheiro para as adquirir e agora estão inaptas por inércia ou por defeito. Desculpe que lhe diga mas vocês Executivos são uma equipa e portanto são todos responsáveis, uns mais que outros consoante os Pelouros atribuídos e esta forma de delinear o rumo do concelho é de todo o modo descuidada, na minha modesta opinião.” -----  
-----

**Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP)** – Fez a seguinte intervenção: “ Passam-se



meses e decorrem Assembleias atrás de Assembleias e algumas das preocupações que aqui trago em nome da bancada que represento e em nome daqueles que me confiaram o seu voto parecem ter sido dirigidas a uma sala vazia onde o eco foi diminuindo até chegar ao silêncio. Insistentemente tenho falado e insistentemente irei continuar a falar e a defender a nossa Zona Industrial. Não são raras as vezes que como resposta às minhas exposições, oiço ideias e palavras relativas à ampliação da Zona Industrial e, quanto a isso, nada tenho a opor. Mas, continuo a insistir que a Zona Industrial existente, à data de hoje, devia ser a prioridade das preocupações. De que nos vale publicitar uma ampliação e cuja própria publicitação, não raras vezes, dá ênfase aos obstáculos suscitados por alguns cidadãos, o problema são sempre os outros. Se constituamos a olhar para Lotes infraestruturados sem ocupação há mais de 20 anos, se continuamos a olhar para parte significativa da Zona Industrial para infraestruturar e voltando à infraestruturada continuamos a olhar para tantos problemas por resolver. Utilizando o meu exemplo pessoal, sempre que me desloco lá dou por mim a seguir outros veículos com condução artística a serpentear tampas elevadíssimas. Não é com inveja que assisto a outras Zonas Industrias ou Oficiais na nossa Região que estão a crescer e a aumentar por motivos de capacidade esgotada, visivelmente esgotada, onde se veem gruas e dinâmicas de aceleração. Isso é extraordinário, pois qualquer fomento na Região leva os mais próximos à boleia, ainda que seja só um bocadinho quando não conseguimos aproveitar, mas, não posso deixar de partilhar tristeza quando devolvo o mesmo olhar para a nossa Zona Industrial. Sempre estive na linha da frente no que respeita às ligações rodoviárias e à localização central no Distrito. Mas, como disse no princípio, passam-se meses e meses, não tudo, mas muito na mesma. Inscrevemo-nos e investimos em Associações cujo valor de inscrição pode ser considerado caro para uns e uma verdadeira pechincha para outros. No meu humilde ponto de vista, qualquer valor pago com o suado dinheiro de impostos é caro, é de todos e não deve ser desperdiçado. Estas Entidades que apenas nos trazem falsas expectativas deverão ser recalculadas por outras que se traduzam em estratégias e objetivos claras e concretos que todos compreendamos e reconheçamos como uma mais-valia e, se porventura voltarem a defraudar expectativas, outros recursos haverão por explorar em oposição à inercia de pagarmos só para pertencermos sem retorno. Precisávamos de um bust urgente na nossa economia e o CDS defende com toda a convicção que a chave será a Zona Industrial. Muito sucintamente e relativamente ao 1.º Direito foi divulgado que se iniciaram as obras de beneficiação e conservação das coberturas das habitações do Bairro Social da Alegria. Muito bem, e o resto? Ainda que esta intervenção seja muito importante, que o é para os moradores das habitações intervencionadas, o 1.º Direito



*Gjw CA*

como estratégia maior de qualificação do nosso Parque Habitacional, portanto o concelho, é muito mais do que isto. Relembro que em junho de 2021 o Município celebrou um acordo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana que visava um apoio financeiro de 4 milhões de euros e era desejável que utilizássemos sabiamente este valor e, até ao último cêntimo antes que percamos ou que tenhamos de devolver.” -----  
-----

**Margarida Rosa Fortuna Parra Pires (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Com base na informação do site da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros podemos encontrar a descrição ...”A Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social resulta de um acordo de cooperação da câmara municipal de Macedo de Cavaleiros e a Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros desde 2016, por forma a dar resposta às crescentes exigências da população no que concerne às suas necessidades em matéria de saúde e apoio social, especialmente vocacionada para prestar cuidados de saúde e apoio social multidisciplinares de natureza preventiva de promoção e apoio social. O público alvo é constituído por pessoas em situação de isolamento social e geográfico, pessoas com elevado grau de dependência, pessoas idosas ou pessoas com idade ativa mas com patologias. No mesmo site temos acesso aos relatórios de 2018 e de 2019. Sei que devido à pandemia a Unidade de Saúde esteve parada no ano de 2020 e no ano de 2021, o que é perfeitamente normal não haver nenhum Relatório de Atividade referentes a esses anos. A 25 de fevereiro de 2022 a Rádio Onda Livre noticiou que Unidade Móvel de Saúde regressaria às aldeias do concelho de Macedo de Cavaleiros a partir de março de 2022, sendo uma mais-valia para os seus destinatários. Assim, pergunto Sr. Presidente da Câmara – onde estão os Relatórios de Atividade da Unidade Móvel de Saúde referentes aos anos de 2022 e 2023 e quais são as conclusões do resultado de execução? Numa reunião ordinária da câmara municipal de Macedo de Cavaleiros realizada no dia 5 de março de 2024, foi deliberado por unanimidade a aprovação da Adenda ao Protocolo de Cooperação da Unidade Móvel de Saúde com a entrada em vigor já no ano de 2024, nos termos propostos na informação que passo a citar “...disponibilizar o pessoal necessário ao funcionamento da Unidade Móvel de Saúde designadamente por um profissional de enfermagem; disponibilizar os serviços técnicos na área da fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional em situações referenciadas e validadas pela enfermagem, afetar meios comuns para melhorar o funcionamento dos projetos “Radar Social e CLDS (Contrato Local do Desenvolvimento Social)”, a existir. Para a execução desta adenda do protocolo a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, assegurará à Santa Casa

*Handwritten initials: PJ and CB*

da Misericórdia o valor de 40 mil euros, a ser transferido em tranches mensais.” Face ao exposto peço ao Sr. Presidente que nos esclareça algumas dúvidas que se colocam: - Onde estão os profissionais que referimos e em que contexto atenderão os utentes sinalizados quando a adenda do Protocolo refere “disponibilizar os serviços técnicos da área da fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional em situações referenciadas e validadas pela enfermagem”? O Projeto Radar Social é uma iniciativa do Instituto da Segurança Social no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e tem como objetivo saber onde estão geograficamente as pessoas vulneráveis e promover uma maior adaptação de respostas aos problemas sociais existentes. Pelo que pude verificar no Portal Mais Transparência do Governo, a Candidatura do Radar Social de Macedo de Cavaleiros comporta um total de financiamento de 169,3 milhões de euros e já foram pagos 74,28 milhões de euros e tem a data de início de 1 de janeiro de 2022 com o término a 30 de junho de 2026. Face ao exposto solicito um esclarecimento sobre o ponto da situação em que se encontra o Radar Social e o que é que já foi feito para ir de encontro para concretizar o seu objetivo.” -----

-----  
**Sandra Cristina Batista Matos (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ No âmbito do Projeto Junto à Terra promovido pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, conjuntamente com vários parceiros, foram apresentados 10 trabalhos de alunos do 8.º ano dos Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Torre de Moncorvo. O Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros obteve os três primeiros prémios. Parabéns ao Município, ao Agrupamento de Escolas e especialmente aos alunos envolvidos neste projeto.” -----

-----  
**Sérgio David Ramos Borges (PSD)** – Que disse “ Nesta minha intervenção vou-me repetir um bocado pois vou falar novamente sobre a última Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara tenho tido várias queixas dos meus fregueses em relação ao Pavimento de Santa Bárbara em Travanca. Se a memória não me falha já mais de três vezes que aqui neste palanque questiono e na última Assembleia Municipal o Sr. Vice-presidente não conseguiu de forma cabal elucidar-me da situação. Nós Presidentes de Junta é que somos abordados pelos munícipes, ouvimos as suas queixas e somos nós que temos de lidar com eles. E portanto gostava de saber se realmente depois daquelas obras todas, tendo em conta o saneamento e as telecomunicações, se está em condições de poder garantir que no final das obras a Rua de Santa Bárbara em Travanca será pavimentada de “fio a pavio”. A mesma questão serve para Nogueirinha para a Rua Principal, tendo em conta que tenho tido bastantes queixas dos moradores. Em Macedo de Cavaleiros foram dar-me queixas em relação à Estação



*Handwritten signature and initials CA.*

Ferrovária mais concretamente pelo poste de alta tensão que lá se encontra. Já contactei a E-Redes mas responderam que esta questão é da responsabilidade do Município, mas contactado o Município diz-me o contrário e gostava que me esclarecesse também relativamente a esta questão, nomeadamente se possível se está em condições de dizer para quando está prevista a retirada daquele poste de alta tensão. Esta questão era direccionada para o Sr. Vice-presidente da Câmara, que se encontra ausente nesta sessão, mas pedi-lhe material para a Rua do Lacoieiro em Travanca e ele anuiu, até lhe disse que se me arranjasse o material eu arranjava a mão-de-obra, com o que concordou mas a verdade é que foi falado à duas Assembleias atrás e até hoje ainda não forneceu o material. Por último, na Assembleia Municipal de abril falamos aqui relativamente ao encerramento do Jardim Escola de Travanca e ainda hoje estou à espera de ser convocado para a reunião para decidir o futuro desse espaço. aguardo portanto que logo que seja marcada a reunião me contactem.” -----

-----  
**João Manuel Rodrigues Alves (PS)** – Que disse “ o assunto que trago hoje é o mesmo que abordei na anterior Assembleia Municipal e que tem a ver com a Estrada Nacional 15. Esta estrada do troço do Zoio até Azibeiro encontra-se num estado lastimável e até creio que este troço não tem dono. A Estrada Municipal chega até ao cruzamento e até ao limite do concelho é da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas e eu enquanto Presidente de Junta na área que me compete tento desempenhar as minhas funções o melhor possível de forma a trazer a minha freguesia tanto no que diz respeito à limpeza do lixo como da erva o melhor possível. No troço que referi as pessoas abordam-me revoltadas mas a verdade é que não posso gastar o dinheiro da Junta de Freguesia quando a Junta Autónoma de estradas está a pagar a uma Empresa para fazer esses trabalhos. No corrente ano o que me dizem é que está adjudicado e que o trabalho vai ser feito e efetivamente já começaram os trabalhos mas o que estão a fazer e nada, nada é. Outra questão está relacionada com a estrada de Santa Combinha que tem muito trânsito e também acontecem alguns acidentes, especialmente contra aqueles mecos de cimento que ficam lá tombados e ninguém os arranja. Era necessário que a câmara tratasse disso porque esta estrada é da responsabilidade da Câmara e não da Junta de Freguesia. As pessoas não sabem e eu prezo muito a minha imagem e por isso tento fazer tudo pelo melhor mas há sempre quem diga que a culpa é da Junta de Freguesia e não posso carregar responsabilidades que não são minhas.” -----

**Miguel Afonso Gomes Reis (PSD)** – Que solicitou para que fossem passadas algumas gravações e ao exibi-las referiu “ o que me traz aqui hoje Sr. Presidente é a indignação das pessoas de Corujas. Estas imagens que estão a ver são de há oito dias, em que uma trovoada causou estas inundações em Corujas. Isto tudo foi devido à má condução das obras de renovação das condutas de água. Os responsáveis pela obra, (que fizeram um excelente trabalho), pois como podem ver esta rua ainda se encontra em terra batida e acabaram por estragar as condutas que tiravam a água pluvial da aldeia. Ou seja, umas foram destruídas e as poucas que ficaram boas a areia que sobrou e que não foi limpa acabou por tapar as grelhas. Tudo isto causou inundações, a água entrou para casa do vizinho, ainda estragou um motor de rega, houve deslizamento de terras para a estrada e as pessoas confrontam-me e eu é que sou o mau da fita no meio disto tudo. E pergunto, que culpa tenho eu das consequências de uma obra realizada pela câmara? Peço ao Sr. Presidente da Câmara que tenha em consideração as pessoas de Corujas e quando fizerem obras que as façam com pés e cabeça e que as façam bem.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Srs. Deputados Municipais. --

-----  
No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, aludindo à intervenção do Deputado Municipal José Madalena dizer que de facto todos nós os que estamos envolvidos recebemos uma carta do Tribunal de Contas que dá nota de um Relatório e também de um aviso de pagamento de emolumentos que cabe ao Município pagar referentes aos processos em curso e são portanto dois pagamentos. Quanto à nossa responsabilidade obviamente que o processo teve um curso que não revelou que não tenha existido da nossa parte cautela, antes pelo contrário, porque com a intenção de fazer um orçamento transparente a primeira coisa que fizemos foi enviar o orçamento ao Gabinete das Autarquias Locais e em conversa com o Sr. Secretário de Estado e com os Juristas do Ministério porque não sabíamos o que fazer, e diga-se que para eles era também uma situação inédita, e a opinião deles ia de encontro com a nossa porque de facto tratava-se de uma questão de equilíbrio orçamental que tornava este orçamento ilegal, no entanto eles perceberam a nossa preocupação no sentido de que tinha de haver transparência. Como é do vosso conhecimento tudo o que era referente a despesas grandes aconselhamos os empreiteiros a ir para Tribunal e foi o que fizeram. Relativamente às quantias mais pequenas mas importantes para as Empresas do nosso concelho decidimos pagar, apesar de não ser legal entendemos que era justo pois havia famílias que estavam dependentes destas verbas e portanto

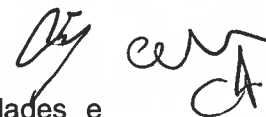


*Signatura*

se fosse hoje faríamos o mesmo. Foi aqui dito na altura que a câmara tinha capacidade de endividamento, o que é verdade mas não chegava para fazer face a estas dívidas. Mas fizemos o nosso papel melhoramos a capacidade financeira do Município, diminuimos a dívida pois como todos sabem herdamos uma dívida de mais de 16 milhões de euros, renegociamos a dívida que estava em curso e penso que apesar de tudo conseguimos ganhar uma capacidade de endividamento que duplicou, anda à volta de 1 milhão e 600 mil euros a capacidade de endividamento. Portanto as pessoas têm de ficar tranquilas porque o que fizemos foi de boa-fé e para o bem do Município e dos Empresários, ou seja pequenos empresários e famílias dependentes do pagamento desses valores e por isso não estou arrependido do que fizemos. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico é verdade que temos queixas relativamente à questão da limpeza e estamos em contacto com os respetivos chefes mas como sabem nesta altura a vegetação cresce de forma desmesurada e com a capacidade de intervenção que a câmara tem no que diz respeito a pessoal é impossível acudirnos a todas as solicitações mas tentamos fazer o possível. Quanto à organização da Feira de São Pedro no corrente ano quisemos criar novamente o modelo de duração de uma semana, pois assim nos foi solicitado pelas pessoas envolvidas, nomeadamente a Associação Comercial porque quanto mais movimento a cidade tiver isso reflete-se na restauração e no alojamento e toda a gente lucra com isso. Sobre a questão da reunião com a Embaixada da China em Macedo de Cavaleiros apresentaram-se com vontade de procurar potenciais investimentos e parceiros e como é óbvio fizemos a nossa parte estando presentes demos conhecimento da nossa área empresarial e da nossa pretensão de investimento e do nosso potencial endógeno aqui na região. Eles ficaram com o dossier e convidei o Sr. Embaixador a visitar-nos na próxima semana no decorrer da Agro Summit onde iremos dar a conhecer áreas diferenciadores como é o azeite, o vinho, o mel e a inovação com oportunidades de negócio. Relativamente ao Conservatório de Música agradeço a nota que deixou pois é sem dúvida outra aposta de todos nós para que os nossos jovens tenham as oportunidades aqui sem terem de se deslocar a Mirandela ou a Bragança, porque no nosso concelho há jovens com muito talento e não tenho dúvida que o Arte Move Montanhas será um Conservatório que nos vai encher de orgulho e conta com uma equipa multidisciplinar que tudo fará para que este projeto seja uma Academia de Artes e um sucesso. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno que levanta uma série de questões, nomeadamente sobre o Mercado Municipal e quanto a esta obra dizer-lhe que a mesma é da responsabilidade do empreiteiro e não do Município. Esta



obra tem propriedade intelectual e por isso podemos pedir responsabilidades e estamos a exigí-las, tanto que no dia a seguir à inundação estava a equipa toda reunida no local, incluindo o arquiteto responsável pelo projeto e o que se constatou é que as grelhas de escoamento daquele espaço estavam tapadas com terra e foi isso que originou a inundação. Quanto aos arbustos secos dizer que não são secos, são eles que têm cores diferentes e no meu ponto de vista é um embelezamento vegetal que tem rega gota-a-gota e portanto não estão secos. No que diz respeito à caducidade da licença da Heli pista posso garantir que temos licença até ao dia 31 de dezembro de 2024. Esteve cá uma equipa há cerca de 3 semanas a fazer a inspeção e o Relatório já chegou e temos uma série de notas para melhorar na questão das acessibilidades. Quanto à máquina de desentupimento efetivamente ela está avariada e é por isso que não circula, entretanto adquirimos uma pequena máquina que deve estar a chegar e iremos ter uma outra máquina que nos foi oferecida e brevemente teremos uma máquina de desentupir a funcionar. -----

A intervenção da Deputada Municipal Daniela Rebelo sobre a Zona Industrial dizer que esta Zona enferma de um grande problema que vem do passado e ainda na sexta-feira tive uma reunião com o Sr. Presidente da CCDR-N. Verifica-se que há vários Lotes ocupados que não estão devidamente utilizados e posso elencar como exemplo o facto de existirem Lotes sucessivamente penhorados a Empresas, algumas que já nem existem e estas situações demoram a ser resolvidas nos Tribunais mas o Gabinete Jurídico da Câmara já está a trabalhar nesta matéria mas não nos podemos sobrepor aos Tribunais. Contudo há uma coisa que eu posso aqui dizer que é que temos 4 Lotes disponíveis, há outros Lotes que estão a ser trabalhados que criavam algumas situações dúbias. Certo é que do 4 Lotes disponíveis temos já 12 propostas e temos mais propostas para grandes áreas que terão de ser obrigatoriamente na área da expansão e posso aqui afirmar que um dos grandes investidores quer uma grande área e é de Macedo. Relativamente às tampas será uma das intervenções nos próximos Avisos a que nos iremos candidatar porque já são zonas estruturadas e por isso têm Avisos específicos. Quanto à habitação no âmbito do Programa 1.º Direito posso dizer-vos que vai amanhã à reunião de câmara mas depois a Sr.ª Vereadora Susana Viana poderá aqui dar-vos um esclarecimento mais cabal nesta questão, dado que são áreas da sua competência. -----

Sobre a intervenção da Deputada Municipal Sandra Matos aproveito também eu para dar os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros porque mais uma vez levou uma boa imagem de Macedo aos outros territórios ganhando os três primeiros prémios no Projeto "Junto à Terra". -----



*Sergio Borges*  
CA

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Sérgio Borges dizer que o que está a acontecer com as obras em Travanca acontece noutros sítios pois os Empreiteiros fazem as intervenções, não terminam os trabalhos e justificam que é porque vão precisar de os intervencionar novamente. Concordo que tanto a situação que colocou relativamente não só à Rua de Santa Bárbara em Travanca mas também da Rua de Nogueirinha é desagradável mas tendo em conta que em ambas as obras está previsto um projeto de reurbanização e de reintervenção não fará sentido repavimentar para à posteriori ter de abrir tudo novamente. Quanto à Escola de Infância de Travanca vamos aguardar pelo regresso do Sr. Vice-presidente da Câmara que neste momento se encontra em recuperação em casa e logo reuniremos para resolver esta questão porque o que a Autarquia quer é que as Escolas sejam aproveitadas o melhor possível. -----

A intervenção do Deputado Municipal João Alves sobre a Estrada Nacional 15 dizer que esta não é da responsabilidade da Câmara Municipal e portanto não podemos intervir na mesma, no entanto já intercedi mais que uma vez junto das Infraestruturas de Portugal, não só relativamente a este caso em concreto mas noutros que se verificam na área do nosso concelho tendo sido feito um levantamento com o respetivo orçamento para que nos entregassem ou autorizassem para que fossemos nós a fazer as intervenções de limpeza necessárias e se nos concederem essa autorização fá-lo-emos. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Miguel Reis dizer-lhe que as intempéries, ninguém as pode controlar, mas se as coisas não estão bem como referiu vou indagar o que está mal, pois eu não tenho estado com o processo. Tenho ouvido aqui as vossas reclamações, mas vou procurar saber o que podemos fazer para resolver estas situações, mas, como já referi as intempéries não conseguimos controla-las, e como é do vosso conhecimento já aconteceu nos Cortiços e em Carrapatas também. Confesso é que me custa a acreditar que tudo isto seja apenas resultado das obras.” -----

-----  
O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** solicitou à Sr.<sup>a</sup> **Vereadora Susana Viana** para que pudesse esclarecer os Deputados Municipais e relativamente ao Programa 1.º Direito informou que “amanhã irá à aprovação da Câmara Municipal a adjudicação da obra para a Reabilitação das Habitações do Bairro Social da Alegria que será uma Reabilitação da parte exterior das Habitações e também da parte interior. Neste momento a equipa da Divisão Social do Departamento da Habitação está a reunir com todos os moradores para os elucidar qual o tipo de obra que iremos fazer,



nomeadamente quais são as implicações que essa obra vai ter porque há a necessidade da saída de todos os moradores, que será feita de forma faseada. Tivemos a preocupação de o procedimento ser feito em quatro Lotes para que consigamos fazer as obras de recuperação deslocalizando as famílias. Este é um processo complexo mas as famílias com quem reunimos até ao momento têm sido recetivas e é para avançar. Relativamente à Unidade Móvel de Saúde já lhe foi solicitado o Relatório referente ao ano de 2023 mas até ao momento ainda não nos foi entregue. No passado mês de março reforçamos o pedido do Radar Social que estava previsto iniciar a 1 de janeiro de 2024, o que não aconteceu apesar de termos recebido a notificação da aprovação em fevereiro de 2024 e neste momento estamos a tratar do procedimento concursal para recrutamento dos dois Técnicos para afetar ao Projeto que terá início a 1 de julho. Nesta data o procedimento concursal ainda não estará concluído mas por indicação da Unidade de Acompanhamento do Projeto iremos afetar, provisoriamente um Técnico do Município para podermos dar início ao projeto e não perdermos as verbas. O Projeto será para a georreferenciação de todas as situações sociais do concelho e após serem referenciadas essas situações a equipa da Unidade Móvel e os Fisioterapeutas e Psicólogos da Santa Casa irão fazer um trabalho acrescido. Neste momento e uma vez que o radar social não está no ativo a equipa da Santa Casa da Misericórdia está também a dar apoio na Universidade Sénior. Quanto ao poste de alta tensão mencionado pelo Deputado Municipal Sérgio Borges tem conhecimento que enfrentamos um processo muito complicado para a deslocalização do referido poste dada a pouca recetividade dos proprietários dos terrenos. Entretanto já encontramos uma solução e a obra já está adjudicada e o Empreiteiro podia iniciar já o procedimento mas os Empreiteiros da E-Redes não o podem fazer e na próxima quarta-feira dia 26 de junho iremos ter uma reunião para combinar o início da obra. -----

**Abertas novamente as inscrições usaram da palavra.** -----

**Manuel António de Sá Mico (PS)** – Que perguntou à Sr.ª Vereadora Susana Viana o ponto da situação relativamente às outras situações da 1.ª Habitação, ou seja nas Freguesias e na recuperação das habitações. -----

**José António da Silva Madalena (PSD)** – Que referiu “retomando o assunto que motivou a minha primeira intervenção dizer aqui ao Sr. Presidente da Câmara que tenho concordado aqui com muitas das medidas tomadas para resolução dos problemas, sou completamente a favor da transparência, simplesmente neste caso e

*C. J. S. CA*

reabilitação dos fogos vão iniciar aconselham-nas a procurar casa para tal período de reconstrução. Mas como sabe em todas as obras que se fazem nem sempre sabemos quando elas começam muito menos sabemos quando elas terminam e portanto estas famílias andarão aqui no limbo. Sabendo também que para além desta empreitada existe uma outra que é a construção de novos fogos no mesmo local pergunto se não seria preferível iniciar a construção desses novos fogos posteriormente e deslocar as algumas famílias mesmo que os fogos não fossem suficientes para essas habitações construídas e só posteriormente é que elas vagavam as suas residências antes do início das obras de requalificação das casas onde se encontram neste momento? Deixo aqui a preocupação dos próprios moradores por efetivamente há falta de oferta de casas para arrendar. -----

O Sr. Presidente da Câmara em 17 de janeiro de 2024 falou que havia mais sapadores de bombeiros e eu sei que o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra os Incêndios têm enquadramento jurídico próprio e que há uma obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra os Incêndios. Eu andei a verificar na câmara e só encontrei o de 2023 e tendo em conta que já estamos no mês de junho de 2024 e início de época dos incêndios, questiono qual o plano de prevenção que têm para este ano, nomeadamente se já foi elaborado o Plano de Prevenção para o corrente ano com as medidas consideradas necessárias e porque motivo não está na página do Município. Ainda relativamente à notícia do dia 17 de janeiro que foi notícia na Gazeta Rural das Florestas que menciona e passo a citar "...Macedo de Cavaleiros reforça o sistema de Proteção Civil em mais de 20 sapadores florestais. Reforçada a centralidade que ocupa no Sistema de Proteção Civil ao serviço do Contingente Nacional e que o ICNF está a recrutar e que já saiu em Diário da República. Aí o Sr. Presidente considera ser uma forma de fixação de jovens que como ficam aqui deverão ficar a residir nas localidades do exercício do seu trabalho e que os futuros funcionários ficam agregados ao ICNF...". Assim Sr. Presidente gostaria que explicasse e clarificasse este artigo pelo senhor respondido quando foi interpelado e quais os procedimentos feitos desde a data do artigo até agora e onde estão esses Sapadores Florestais, nomeadamente dizer-nos se já se encontram no terreno, caso não, quando prevê que isso aconteça de forma a que realmente esses 20 Sapadores venham ocupar e agilizar a ajuda com os nossos Bombeiros e Sapadores Florestais que se encontram aqui centralizados em Macedo de Cavaleiros." -----



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

como já referi foi cometido aqui um pecado original e já lhe disse onde. Mas o Sr. Presidente na sua resposta respondeu-me ao lado falando da questão do pagamento das dívidas não documentadas. Mas se bem percebeu do Relatório esse assunto nem sequer tinha de ter vindo à Assembleia Municipal pois era da responsabilidade do Executivo. No entanto trouxeram o assunto à Assembleia Municipal e os Deputados Municipais que votaram favoravelmente, e eu fui um deles, foram completamente ilibados sobre essa questão. Relativamente à outra questão de que falei o Relatório deixa bem claro que havia uma margem de endividamento bruta de 4 milhões e 564 mil euros que como sabe pode ser atingida desde que nos anos subsequentes venha a ser reduzida em 10%, portanto podia ser atingida e podia ter resolvido o problema mas alguém não lhe explicou bem a situação, houve com certeza aqui um mau aconselhamento e quero acreditar que não houve aqui a intenção de chacinar ninguém nem de deixar ninguém entalado com esta situação. Mas efetivamente tive esta perceção e nessa altura avisei mas não me deram ouvidos, o que lamento porque podiam ter resolvido as coisas de outra forma e só espero que daqui não resultem consequências de maior para ninguém.” -----

**Nuno José Nunes Trindade (PS)** – Que disse “se for realizada a reunião com o Deputado Municipal João Alves, Presidente da União de Freguesias de Podence e Santa Combinha, penso que há outras localidades com estradas que estão sob a tutela da IP (Infraestruturas de Portugal) e eu particularmente gostaria muito que me desse a honra de estar presente na mesma, pois acho que essa reunião precisa de ter alguém que não tenha problemas em ficar mal na fotografia porque, isto de uns andarem no terreno a querer trabalhar e andarem outros, não sei bem onde a empatar é mesmo necessário tomar medidas para acabar com essas situações. Ainda no final do mês de maio em que um dos responsáveis parou por causa da festa na minha Freguesia (Lagoa) e depois teve de exceder o limite de velocidade para sair da localidade.” -----

**Maria José Vieira Teodoro Moreno (PSD)** – Que depois de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Susana Viana acerca do Bairro da Alegria em que disse que abriram o concurso para a Reabilitação integral do Bairro da Alegria, mas há aqui um problema porque não se sabe como vão alojar os moradores no decorrer da obra. Ali moram muitas famílias e como deve ser do conhecimento da Sr.<sup>a</sup> Vereadora o Mercado de arrendamento em Macedo de Cavaleiros está completamente lotado. Sabemos também Sr. Presidente que os serviços da câmara encarregues de falar com as famílias de que as obras de



*Handwritten signature and initials*  
CA.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Srs. Deputados Municipais. --

-----  
No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Municipal José Madalena dizer apenas que as dívidas não documentadas todas elas foram justificadas pelos responsáveis e por isso é que foram pagas. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Nuno Trindade no que diz respeito à participação na reunião com a E-Redes dizer que terei todo o gosto em levá-lo bem como a todos os Presidentes de Junta que o pretendam fazer. -----

Quando à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno sobre o Plano de Prevenção de Incêndios penso que temos tudo atualizado até porque na Zona Norte a nossa Autarquia tem sido exemplar. Relativamente ao concurso de facto é para os sapadores estarem baseados em Macedo e vão ser instalados numa habitação da Zona Florestal. Quanto às questões colocadas relativamente às habitações no Bairro da Alegria a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Susana Viana vai responder. -----

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Susana Viana** que disse “a equipa da Divisão Social, nomeadamente da Habitação no corrente ano em colaboração com todos os Presidentes de Junta fez o levantamento de todas as habitações degradadas nas freguesias de forma a podermos visitar a estratégia local de habitação para posteriormente fazermos as candidaturas ao 1.º Direito particulares. Estamos neste momento a tratar de algumas candidaturas que estão nesta Estratégia Local de Habitação que se encontra em vigor. Mas as condições vão alterando e desde 2019 até à presente data houve muitas situações que modificaram e como tal temos necessidade de visitar a estratégia e para não atrasarmos nem impedirmos as Candidaturas iremos fazer já as Candidaturas que estão sinalizadas e posteriormente revisitamos o terreno e faremos novas Candidaturas, como é o caso da habitação onde deflagrou um incêndio há bem pouco tempo que como é óbvio não estava prevista nesta estratégia de habitação e portanto não pode entrar nesta Candidatura. Aproveito para agradecer a todos os Presidentes de Junta pela colaboração que prestaram à nossa equipa no terreno pois fruto deste trabalho no corrente ano no Programa Macedo Habitar tivemos 40 Candidaturas para pequenas obras nas habitações, quando em anos anteriores havia no máximo sete ou oito por ano. Dizer também que a sugestão da Deputada Municipal Maria José Moreno é excelente no entanto é impossível de concretizar porque a Candidatura para a Requalificação do Bairro Social da Alegria já está aprovada, enquanto que a Candidatura para a obra dos



16 novos fogos ainda se encontra em fase de análise e portanto é de todo impossível esperarmos que essa obra se realize para podermos colocar lá os moradores. Tivemos o cuidado de colocar o concurso da Requalificação Urbanística em 4 Lotes para evitar que não haja a necessidade de todos os moradores saírem em simultâneo porque temos consciência da dificuldade que há para arrendar as habitações, mas no Bairro Social São Francisco de Assis há algumas habitações onde essas famílias poderão ser alojadas.” -----  
-----

## ORDEM DO DIA -----

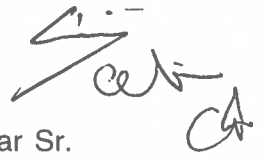
**Ponto 1- Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade municipal no período compreendido 17 de setembro a 19 de dezembro, elaborada nos termos do disposto no n.º 2 alínea c) do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013.**-----  
-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que tinha solicitado à Divisão de Turismo que elaborassem um Relatório no âmbito do Geopark referente a todas as atividades da Câmara Municipal realizadas no 1.º Semestre de 2024, passando a fazer a sua apresentação, mês a mês.-----  
-----

**Abertas as inscrições, inscreveram-se** o Deputado *Manuel Mico* do grupo parlamentar do PS, *Luís Cabeceiro* do grupo parlamentar do CDS e Maria José Moreno e Conceição Gemelgo do grupo parlamentar do PSD. -----  
-----

**Maria da Assunção Gemelgo Correia (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Começo por reiterar as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal parabenizando o nosso Deputado Carlos Rodrigues pelo cargo assumido no Governo de Portugal desejando-lhe as maiores felicidades. -----

E, porque as questões que me trazem aqui dizem respeito a um assunto que também lhe é caro a si Sr. Presidente e dizem respeito à agricultura. Ora sendo a agricultura um setor relevante da economia local e nacional e constatando-se que este ano não ocorreu a Feira da Agricultura de Trás-os-Montes; Considerando ainda que na última Edição o Sr. Presidente pronunciava-se para a imprensa dizendo que as pessoas estavam muito ansiosas com o regresso desta Feira de Agricultura de Trás-os-Montes, pergunto qual a razão ou razões para não ter ocorrido a VI Edição desta Feira e ainda se eventualmente consultou Associações relacionadas com esta atividade e setor e/ou



constatar. Aproveito para dizer também que o Geopark está vivo mas se reparar Sr. Presidente que o nosso comércio local também está “morto” e porquê? Porque o Geopark mostra as Albufeiras que neste momento precisam de intervenção. Não sei se já repararam que as madeiras dos passadiços pedestres estão completamente podres, o que é uma vergonha para o Município. Por isso lhe digo Sr. Presidente que o Geopark é uma mais-valia, tem o símbolo da UNESCO e é algo especial mas nós também temos de ter um pouco de atenção e brio e fazer com que Macedo tenha vida. Há que promover o comércio local, há que trazer gente para Macedo e não podemos andar a tapar o sol com a peneira e a brincar dizendo que está tudo muito bem porque na realidade não está nada bem e estamos a ser ultrapassados pelas cidades vizinhas. Há nesta informação uma outra coisa que me deixa confusa e eu precisava que me explicasse: o Sr. Presidente teve em Macedo a 3 de maio de 2024 uma reunião com a AT Centro que é um contrato tripartido Curso de Mecânicos de aeronaves e eu gostava que explicasse o que é este contrato tripartido porque tenho conhecimento que só estão lá oito pessoas, ou seja oito alunos.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Srs. Deputados Municipais. --

-----  
No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à questão da Feira da Agricultura disse que este ano era excecional porque integramos um dia dedicado à Agricultura, por entendimento de todos os parceiros, porque iríamos ter pouco espaço para fazer um fim-de-semana completo a Feira da Agricultura e há algumas modalidades que não vão ser contempladas, mas no futuro o modelo desta Feira obviamente que é para manter. No que diz respeito ao Deputado Municipal Carlos Rodrigues também quero deixar aqui os meus parabéns e manifestar o meu orgulho porque foi um Deputado Jovem, com uma posição muito correta e muito interventivo nesta Assembleia e não tenho dúvida de que tudo fará para defender o interesse dos agricultores e das pessoas que trabalham na área empresarial e da manutenção das florestas. Congratulo-me portanto por mais um filho de Macedo ter um cargo de distinção. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Luís Cabeceiro dizer-lhe apenas que vou obviamente aceitar a sua sugestão pois é de facto muito importante o Setor do Fomento Empresarial, que é da minha competência. Como referiu realizaram-se imensas reuniões mas como deve reparar para preparar a realização do Agro Summit, em que um dos dias foi destinado apenas e só à Inovação Empresarial que contou com a presença de vários empresários de sucesso e alguns ligados à nossa

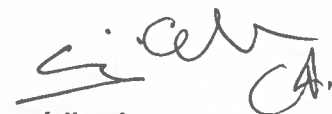


agricultores? Parece-nos que a extinção da Feira da Agricultura constituirá um retrocesso nesta área da economia local. Não quero pensar que assim seja. Sei que este modelo é substituído por um dia do Agricultor no decorrer da Feira de São Pedro e não sei se é para manter no futuro ou se é para extinguir na totalidade a Feira da Agricultura de Trás-os-Montes e gostava que o Sr. Presidente nos esclarecesse.” -----

-----  
**Luís Filipe Sardinha Cabeceiro (CDS-PP)** – Que disse: “ Esta informação escrita do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal quanto à forma não me parece a mais indicada e pretendia fazer uma constatação e uma sugestão. Pela informação que nos foi disponibilizada o Executivo realizou 35 reuniões em 42 dias úteis, a maior parte delas solicitadas por terceiros, está tudo bem, é a produtividade do Executivo e não tenho nada a ver com isso. Mas há aqui um Pelouro que é particularmente caro aos macedenses e por acaso é da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara e estou a referir-me ao Fomento Empresarial, Empreendedorismo e Captação de Investimento. A sugestão que lhe deixo é que no futuro fosse elaborado um quadro específico com este Pelouro, porque da forma como ele aparece nesta informação escrita passa despercebido. Entendo que era útil para toda a gente até para os macedenses que o Sr. Presidente e os Serviços apresentassem um quadro onde constem as reuniões realizadas e de preferência com o resultado final.” -----

-----  
**Manuel António de Sá Mico (PS)** – Que disse: “ Há sensivelmente um ano foi-lhe colocada aqui uma questão relativamente à aquisição de terrenos com vista à execução de um Parque de Estacionamento pago no Azibo e pretendia saber o que já foi feito relativamente a esta questão. Aproveito para dizer também que decorrem tantos eventos como por exemplo o Rally-TT, entre outros no nosso concelho mas parece que este Executivo tem vergonha de os acolher. Entendo que devem ser devidamente apresentados e acolhidos coisa que efetivamente este Executivo não está a fazer.” -----

-----  
**Maria José Vieira Teodoro Moreno (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Aproveitando a intervenção do Deputado Municipal que me antecedeu posso aqui dizer que Macedo esta “morto” à noite não se vê ninguém e pergunto: onde anda o Macedo de antigamente que até a malta de Mirandela vinha para cá em peso? Em contrapartida agora somos nós que vamos para Vila Real porque passamos no centro de Macedo à noite e só se vê o placard luminoso a fazer publicidade. Temos de ser Sr. Deputado e ter um pouco de bom senso e não estou a criticar, só estou a



**2) Composição do Júri de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau do Município de Macedo de Cavaleiros – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adapta, à Administração Local, a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente -----**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 04.06.2024, que se transcreve.-----

“ COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: DELIBERAÇÃO. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 29.05.2024, que se transcreve: -----

“Considerando que a alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, contempla a necessidade de promover os respetivos procedimentos concursais com vista ao provimento dos cargos dirigentes previstos, em concreto os de direção intermédia de 2º grau, Divisão de Gestão e Planeamento e Divisão de Urbanismo; -----

Considerando que o art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais, determina que o júri do procedimento é designado por deliberação da assembleia municipal, que o mesmo seja composto pelas seguintes personalidades: -----

Presidente: *Vera Alexandra Ferro Lebres*, Pró-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança ; Vogais: *Nuno Adriano Baptista Ribeiro*, Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão e *João Paulo Almeida Rodrigues*, Chefe da Divisão Logística e Mobilidade e Coordenador do Gabinete de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Bragança. -----

Mais proponho que, caso a presente proposta mereça aprovação, seja remetida à assembleia municipal para aprovação.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou, por maioria aprovar a proposta de composição do júri de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2.º grau, nos termos propostos e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Votação: Quatro (4) votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Susana Viana e Catarina Pinto*) e três (3) votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*).” --

***Abertas as inscrições usou da palavra.*** -----

***Jacinta Lúcia Catarino Lopes (CDS-PP)*** – Que fez a seguinte intervenção: “ Começo por dizer que é para mim um pouco difícil intervir relativamente a este tema mas ao longo do tempo e já no mandato anterior relativamente a estas situações do Júri e no



*Handwritten signature and initials: Mico CA.*

Região e na área do conhecimento com a participação do IPB, tendo tudo isto resultado de muitas reuniões muito produtivas no âmbito do conhecimento para sabermos onde devemos direcionar as nossas energias nas próximas Candidaturas/Avisos. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico referente aos terrenos no Azibo dizer que já foram realizadas algumas reuniões com a CCDR-N e efetivamente temos tido muita dificuldade e esta negociação não está a ser nada fácil, mas podem ter a certeza que se o ICNF não arranja forma que nos permita arranjar fundos destinados à manutenção a câmara vai criar uma taxa para esse fim. -----

Sobre a questão dos eventos quando a Deputada Municipal nos diz aqui que não se realizam eventos, aqui só tenho para dizer que Macedo está super, híper ativo. Não há em lado nenhum do Norte este dinamismo. Quanto à Baixa TT é um evento que é dos maiores a nível nacional, o Bôar trouxe mais de 40 participantes e foi um espetáculo fantástico. A corrida de São Pedro contou com imensos participantes, dos quais muitos eram de Macedo com o envolvimento das pessoas e das Associações. Não esquecendo o Torneio CUP do Clube Atlético, ou seja todos os fins-de-semana há uma diversidade de eventos e atividades já para não falar na Biental que está permanentemente aberta, o Festival de Equitação que se vai realizar no mês de julho em Grijó que vai ter um impacto a nível nacional. Também o Corso Challenge que decorreu há bem pouco tempo e só para terem uma ideia a Federação pediu que nós quisemos organizar o Campeonato Europeu em Macedo de Cavaleiros. Tudo isto para reforçar que Macedo está vivo, muito vivo e mais do que nunca. Já está na altura de a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José apresentar aqui outro discurso porque com este até ofende as pessoas que organizam os eventos e se perguntar aos Empresários da restauração e do alojamento verá o que eles têm para lhe dizer. Quanto à reunião da ATCentro (Formação Aeronáutica Limitada) em maio dizer-lhe que estou muito satisfeito com os oito alunos em Macedo de Cavaleiros porque este é um curso altamente diferenciado, bem pago e com garantias de Emprego quando acabam com aproveitamento e só espero que fiquem a trabalhar no nosso concelho porque queremos que haja aqui oficinas de manutenção de aeronaves específicas. Nós temos noção que há investimentos que são um risco mas se não os fizermos nunca os iremos ter e portanto compete-nos criar condições para que se possa depois colher alguma coisa. -

-----



-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder à interpolação da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal. -----

-----  
No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que se a ideia era provoca-lo não conseguiu e já agora dizer-lhe que nem entendo nada do seu discurso e desafio-a a provar tudo aquilo que acabou de insinuar, porque o que acabou de acontecer aqui é muito grave e a Sr.<sup>a</sup> Deputada não está a dignificar o órgão que representa com as insinuações que aqui levantou. Dizer-lhe também que pegou em algumas palavras minhas mas deturpou-as e terá de provar que os Júris dos concursos não são isentos e vai ter que dizer às pessoas que fazem parte do Júri que são funcionários idóneos e vai ter que lhes dizer que não são isentos. Eu confio nas pessoas designadas para Júri e é muito grave a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizer que os concursos não se regem pelo mérito dos concorrentes. Aconselho-a ter muito cuidado com as coisas que diz e principalmente em público até porque já não é a primeira vez que faz este tipo de insinuações e que são muito graves. -----

Quando na Assembleia realizada nas Arcas eu disse que tinha uma pessoa em vista para um determinado lugar é óbvio que eu sei com quem quero trabalhar e essas pessoas são livres de concorrer e depois só têm de mostrar o que valem. E isto foi sempre assim e por isso é que entraram pessoas que até são do seu partido, não fazemos como faziam no passado, e as pessoas que entraram foi por mérito e desafio-a a dizer aqui que nós metemos pessoas não por mérito mas por cunha. Havia também trabalhadores em situação precária, o que no meu ponto de vista era uma grande injustiça porque essa situação já se arrastava ao longo de anos abrimos os concursos estes trabalhadores concorreram e provaram que mereciam entrar. Outra questão é relativamente a uma situação em que um agregado familiar se encontrava todo desempregado e com duas crianças a cargo que precisavam de comer e pergunto: isto não são obras de caridade? Há situações que não são regra mas elas existem e as pessoas utilizam isto para jogos políticos o que eu lamento. Quanto à questão do respeito pela democracia se alguma vez fiz alguma coisa que fosse contra este respeito podem apontar-me o dedo porque em consciência nunca o faria. -----

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria com 31 votos a favor, 17 votos contra e 7 abstenções, deliberou designar o júri de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2.º grau, do Município de Macedo de Cavaleiros, os elementos indicados na proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----



geral, não me esqueço que o Sr. Presidente da Câmara numa Assembleia Municipal realizada nas Arcas a propósito da abertura de um procedimento concursal, antes do concurso ter sido autorizado já nos dizia "...tenho uma pessoa em vista, não queria um jovem mas alguém com provas dadas, com experiência..." disse tudo só não falou no nome. Como é possível alguém dizer que já tem uma pessoa em vista antes de uma abertura de concurso? Passou-se já algum tempo mas a situação piorou e para recrutar é necessário a existência de um lugar no mapa de pessoal, a necessidade atual de um funcionário para aquela área e a existência de um cabimento orçamental. Atualmente o Sr. Presidente da Câmara tem afirmações públicas, onde afirma que os elementos dos diferentes Júris não cumprem a sua função. Elaboram listas com critérios que não constam no Aviso de Abertura e tendo por base as suas palavras os elementos dos Júris designados não serão pessoas isentas, já que os critérios que adotam não são os que estão estabelecidos. As questões de âmbito social não fazem parte dos critérios Sr. Presidente. Ora, o Sr. Presidente afirma que muitas das pessoas que têm entrado em concursos públicos na câmara municipal foi por questões sociais eu pergunto: que questões sociais? Quem é que afere quais são as questões de âmbito Social? É a câmara municipal? Se existem funcionários a mais como o senhor já disse em afirmações públicas para quê mais contratação? O criar suspeitas perante as pessoas que algumas delas são idóneas, funcionários públicos da câmara municipal que sempre prezaram pela idoneidade, é muito grave Sr. Presidente, ainda mais que foi o Sr. Presidente e a sua equipa que escolheu alguns deles e outros deles até são externos à câmara municipal, como acontece nesta situação. -----

Dizer que as pessoas são escolhidas não tendo em conta os princípios da legalidade, da igualdade e afirmar que a câmara municipal não respeita o princípio da boa-fé é muito grave e parece-me a mim que com estas afirmações qualquer dos concursos poderia ter sido impugnado e até anulado com base nestas afirmações. -----

O CDS-PP apesar de o assunto ser muito, mas muito grave vem sugerir algo ao Sr. Presidente, já que gosta tanto de anunciar que quando efetua as suas viagens ao estrangeiro se foi cultivar pois bem Sr. Presidente, necessita mesmo de se cultivar mas cá dentro é que para aprender o que é básico em qualquer administração pública e a quem representa essa administração, o respeito pela legalidade, o respeito pelo princípio da igualdade dos cidadãos perante o Estado é basilar. Para quem representa o Estado não reconhecer estes princípios é não respeitar a democracia. Não podemos esquecer o respeito do direito de acesso ao emprego público. O princípio do mérito são traves mestras do Regime Jurídico do Emprego Público e um princípio basilar de um Estado de Direito e de um Estado em Democracia." -----



*Carca*

**3) Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2024 / 1.<sup>a</sup> Alteração – Aprovação nos termos da alínea o), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual-----**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 04.06.2024, que se transcreve.-----

**“1.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL 2024: DELIBERAÇÃO. -----**

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datado de 29.05.2024, que se transcreve: -----

“Abitamento dos seguintes postos de trabalho: -----

Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de Direito, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado; -----

Dois (2) postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado. -----

***Enquadramento legal* -----**

Em conformidade com o artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis. -----

Assim, é anualmente elaborado o respetivo Mapa de Pessoal, onde se preveem quais os postos de trabalho necessários para execução das atividades previstas no ano a que diz respeito. -----

O Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros, constante em anexo à proposta de Orçamento Municipal - 2024, foi aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em sessão de 21/12/2023. -----

Porém, em 17/04/2024 foi aprovada pela Câmara Municipal a Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, pelo que urge conformar o mapa de pessoal com as alterações aí produzidas, o qual se anexa. -----

Em conformidade com o artigo 29.º da LTFP, “*o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:* -----

*Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;* -----

- a. Do cargo ou da carreira e, ou, categoria, que lhes correspondam;* -----
- b. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;* -----
- c. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.* -----

Não obstante, o Mapa de Pessoal não é um documento estático, é pois, um documento que funciona como um importante instrumento de gestão dos recursos humanos e, assim sendo, sofre as mutações que sejam necessárias para operar no ano a que se reporta, prevendo os lugares que permitem à Câmara Municipal recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta às exigências do seu funcionamento. -----

A competência para aprovação do Mapa de Pessoal, e por identidade de razão das suas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na conjugação da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

***Fundamentos da proposta de alteração*** -----

**A** – A Divisão Jurídica e Administrativa carece de recursos humanos na carreira/categoria de Técnico Superior para exercer funções no Setor de Apoio Jurídico, Contencioso e Expropriações, designadamente para exercer as funções de Técnico Superior, conforme descrito no n.º 7, art.º 20.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC); ---

**B** - A Divisão Ambiente e de Serviços Urbanos carece de recursos humanos na carreira/categoria de Assistente Técnico para exercer funções de Apoio Administrativo, no que concerne às competências da Divisão; -----

**C** – A Unidade de Finanças também carece de recursos humanos na carreira/categoria de Assistente Técnico para exercer funções de Apoio Administrativo, no que concerne às competências da Unidade;

Assim, perante o que vem sendo referido, verifica-se que devem ser aditados ao mapa de pessoal da autarquia: -----

- a)** - Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico para exercer funções na Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos; -----



*Handwritten signature and initials*

**b)** - Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico para exercer funções na Unidade de Finanças; -----

**c)** – Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, Direito, para exercer funções Divisão Jurídica e Administrativa. -----

**Proposta** -----

Pelo que, atento ao quem vem sendo dito, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos aduzidos, **proponho**, que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser submetida, para apreciação e deliberação, na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Os encargos com a presente alteração encontram-se sustentados nos documentos previsionais para o ano 2024.” -----

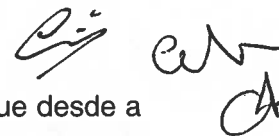
-----O Mapa de Pessoal dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. ---

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, deliberou, por maioria aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

-----Votação: Quatro (4) votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Susana Viana e Catarina Pinto*) e três (3) votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*).” --

**Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

**Lília Margarida Pereira da Silva (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ As questões que trago aqui hoje prendem-se com o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Em dezembro de 2023 a câmara abriu concurso para o lugar de dois Técnicos Superiores, um de história e outro de antropologia. Acontece que volvidos seis meses desde a abertura dos concursos, não houve desenvolvimentos sobre estes dois concursos. A única coisa que sabemos é que foi mudado o Júri em maio deste ano e nesse sentido questionamos o atraso no provimento dos técnicos para estes dois lugares e eu pergunto o porquê da alteração do Júri. Outro assunto tem a ver com a reunião de câmara n.º 16 de agosto de 2023. Sob proposta do então Vereador Paulo Rogão foi votada a abertura no quadro de pessoal de um Coordenador da Proteção Civil. A proposta foi aprovada por unanimidade. Depois desta aprovação seria necessário fazer uma alteração no mapa de pessoal para incluir este novo cargo. Votar essa alteração em reunião de câmara e de seguida levar a alteração do mapa de pessoal a esta Assembleia Municipal para que fosse aprovado. Saliente-se que o provimento do cargo de Coordenador da



Proteção Civil decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 44/2019. Sabendo que desde a reunião de câmara de agosto de 2023 até aos dias de hoje já houve em dezembro de 2023 a provação do quadro de pessoal para o ano de 2024 sem que o lugar de Coordenador da Proteção Civil constasse desse mesmo quadro, sabendo que já houve pelo menos uma ou duas alterações ao mapa de pessoal em 2024 sem que o mesmo Coordenador tivesse lugar nos quadros de pessoal propostos a esta Assembleia, questiona-se este Executivo se estamos a infringir a Lei e o porquê do Sr. Presidente não ter feito aquilo que lhe competia, ou seja, ter dado andamento ao processo depois da reunião de câmara de agosto de 2023?" -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder à interpolação da Sr.ª Deputada Municipal. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente ao concurso que foi questionado tem a ver apenas com o Júri, isto é, havia um Júri nomeado que por força da saída de um dos seus elementos teve de ser alterado. Quanto à questão do Coordenador da Proteção Civil, houve questões processuais e internas porque há várias possibilidades de escolha e neste momento temos pessoas que têm competência para assumir esse cargo e certamente iremos avançar com o processo, aguardando apenas o momento certo para o fazermos. -----

**Lília Margarida Pereira da Silva (PSD)** – Esclarecendo que sabe que está prevista a abertura deste lugar no quadro de pessoal, mas o lugar de Coordenador da Proteção Civil ainda não foi criado no quadro de pessoal. Ou seja, há aqui alguns procedimentos a fazer para que o Sr. Presidente possa nomear quem bem entender, mas, a questão que coloquei é que tendo em conta que esta reunião onde foi deliberado a abertura no quadro de pessoal em agosto de 2023, porque razão ainda não foi feito, tendo em conta que decorre da Lei e que é obrigatório. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que nada tem a acrescentar ao que já respondeu. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 31 votos a favor, 17 votos contra e 6 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a proposta da 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2024.** -----





**PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

**APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).**-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois e três. -----

Eram dezoito horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

*Carvalho Lourenço*  
*Daniela de Almeida Rebelo*  
*celi - mps*